



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

COC –

COORDENAÇÃO DO CURSO

PROJETO LABORATÓRIO FDRP

LAB. [] I - [] II - [] III - [] IV - [] V - [x] VI

ANO/SEMESTRE: 2019/2º semestre

TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO: **Estudos de casos do setor sucroenergético: trabalhistas, ambientais e mercado**

DOCENTES RESPONSÁVEIS: Prof. Rogério Alessandre de Oliveira Castro e Profa. Maria Hemília Fonseca

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOUVER: 30 alunos

OBJETIVOS: Dentre outros possíveis temas polêmicos envolvendo o setor sucroenergético, analisaremos questões sociais dos seus trabalhadores (trabalho em condição análoga a de escravo, horas *in itinere* e cotas de deficientes), questões ambientais envolvendo reserva legal florestal, queimada de cana e irrigação dos canaviais com vinhaça (fertirrigação) e, ainda, questão mercadológica relacionado ao etanol combustível (RenovaBio e maior intervenção do Estado neste mercado). Procuraremos analisar cada tema considerando o histórico do setor, a legislação vigente e o entendimento jurisprudencial, os entraves e obstáculos identificados as possíveis soluções. Buscaremos verificar se existe ou não a falta de um marco regulatório mais claro para determinados temas, o que acaba tornando a discussão ainda mais polêmica e belicosa. Enfim, buscaremos desenvolver com os alunos a análise crítica dos temas, contrapondo a visão do empresário, dos órgãos fiscalizatórios e as decisões judiciais a respeito, na tentativa de reduzir os pontos de conflito, de modo a contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo, sob o aspecto econômico, social e ambiental.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Breve histórico da atividade canavieira e do setor sucroenergético no Brasil.
2. O empresário do setor sucroenergético: 2.1. Características; 2.2. Estabelecimento agrário ou industrial?
3. Trabalho em condição análoga a de escravo: 3.1. Breve histórico: 3.1.1. Entendimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT); 3.1.2. a disposição do Código Penal Brasileiro; 3.1.3. Histórico das portarias ministeriais que tratam do cadastro de empregadores que submetem trabalhadores a condições análogas a de escravo (“lista suja”). 3.2. A fiscalização pelos auditores do trabalho: 3.2.1. Grupo especial de fiscalização móvel do MTE; 3.2.2. Autuações lavradas pela Fiscalização do Trabalho; 3.2.3. Relatório “oculto” sobre trabalho escravo; 3.2.4. O “modus operandi” da Fiscalização do Trabalho. 3.3. O cadastro de empregadores (“lista suja”). 3.4. Consequências da inclusão do empresário na lista. 3.5. Compromisso nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar. 3.6. Necessidade de adequação do marco regulatório?
4. Cotas de deficiente: 4.1. Legislação interna; 4.2. A convenção de Nova Iorque; 4.3. Atividades específicas do setor sucroalcooleiro; 4.4. Falta de mão de obra qualificada. 4.5. Possível solução: acordo tripartite para qualificação e inclusão.
5. Horas *in itinere* no campo. 5.1. Breve histórico. 5.2. Reforma trabalhista e sua aplicação ao empregado rural? 5.3. Acordo coletivo como instrumento de fixação das horas de itinerário. 5.4. Validade de norma coletiva que limita ou restringe direito trabalhista (tema de repercussão geral no STF)
6. Reserva legal florestal: 6.1. Breve histórico. 6.2. cotas de compensação nos moldes do MDL. 6.3. O projeto do novo código florestal. 6.4. Algumas dificuldades. 6.5. Possível solução: adoção das cotas de compensação.
7. Queimada da cana-de-açúcar: 7.1. Histórico dessa prática de despalhe. 7.2. Histórico das normas de controle dessa prática. 7.3. Responsabilidade subjetiva, objetiva e nexos causal. 7.4. Jurisprudência sobre as queimadas.
8. Irrigação dos canaviais com vinhaça: 8.1. Importância da fertirrigação. 8.2. Necessidade de controle. 8.3. Regulação da fertirrigação.
9. Regulação do mercado de etanol pela ANP: 9.1. Considerações iniciais. 9.2. Justificativa do Governo para regulação. 9.3. Medida Provisória 532/2011. 9.4. Algumas dificuldades. 9.5. Vantagens e desvantagens.
10. RenovaBio (Política Nacional de Biocombustíveis). 10.1. Legislação. 10.2. Metas de redução de emissões. 10.3. Crédito de descarbonização (CBIO). 10.4. Certificação de biocombustíveis.

METODOLOGIA: Aulas teórico-expositivas, estudos em grupo e seminários, além de visita a uma usina (visita de campo). No desenvolvimento do conteúdo da disciplina, adotaremos diversos métodos de pesquisa, tais como o indutivo empírico (conhecimento dos fatos em campo), dedutivo (aplicação da legislação aos fatos) e dialético (contrapondo a visão do empresário ao comando legislativo e jurisprudencial).

ARTICULAÇÃO DO EIXO COM O PPP E COM OUTRAS DISCIPLINAS: O estudo proposto está em sintonia com o objetivo de aperfeiçoamento do ensino na graduação trazido pelo Projeto Político Pedagógico (FDRP/USP) na medida em que implica em flexibilização do currículo, estudos de casos concretos e incentivo de integração de conteúdos entre as disciplinas que compõem a estrutura curricular. Enfim, o estudo proposto tem caráter interdisciplinar, priorizando principalmente o diálogo entre o Direito do Trabalho, Direito Ambiental, Direito Comercial, Direito Concorrencial e Economia

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS: Análise da legislação, acórdãos, elaboração de fichamentos e visita a uma usina (visita de campo).

MÉTODO DE AVALIAÇÃO A SER APLICADO PELO PROFESSOR: A avaliação do rendimento escolar do aluno será feita mediante provas e/ou trabalhos determinados pelo docente.